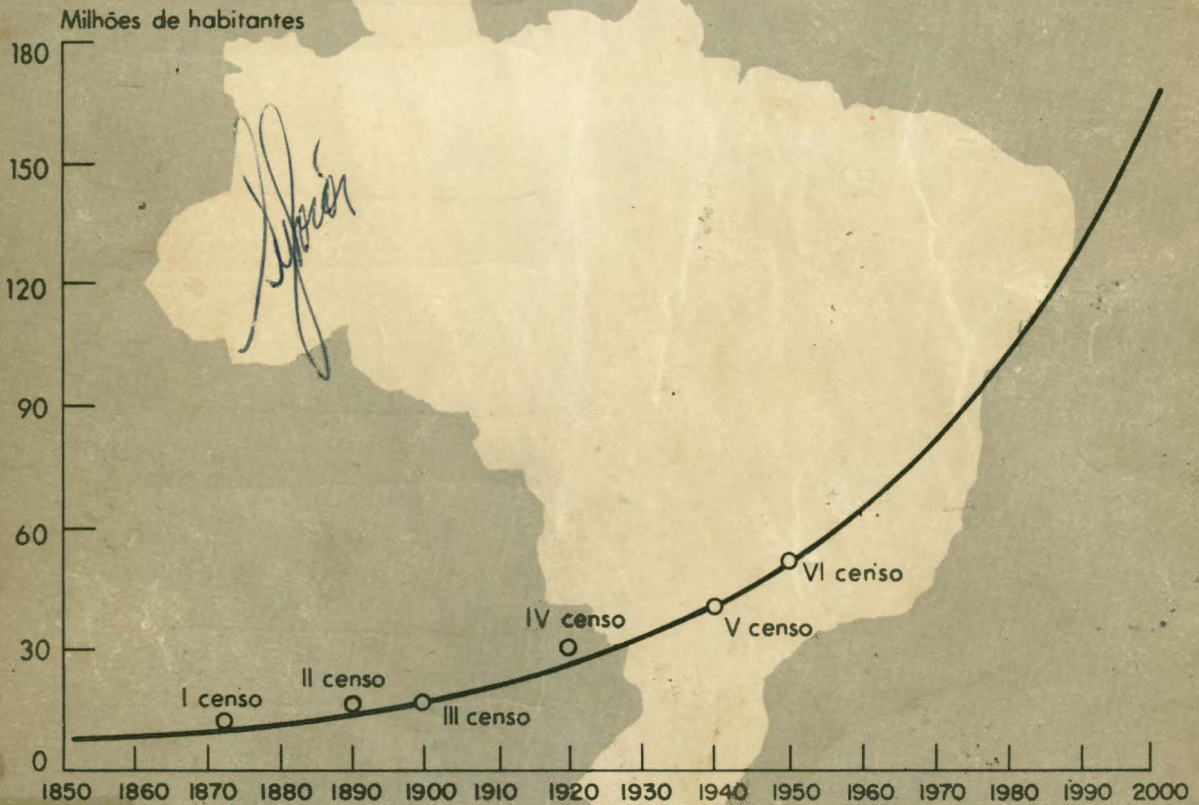


ESTUDOS DE ESTATÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA DEMOGRAFIA DO BRASIL

(2.^a Edição)



1970

FUNDAÇÃO IBGE

Presidente: Isaac Kerstenetzky

INSITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Diretor-Superintendente: Rudolf W. F. Wuensche

LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

Diretor: José Bastos Távora

Chefe da Turma de Estatística Metodológica: Ernani Thimoteo de Barros

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

A — CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

	<i>Pág.</i>
I. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940	9
II. O aumento da população do Brasil no decênio sucessivo ao censo de 1940	22
III. Incremento da população das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação de 1890 a 1950	42
IV. Previsões sobre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX	45
V. Estimativas de previsão do desenvolvimento da população das Unidades da Federação no decênio iniciado em 1.º-VII-1950	48

B — A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO

I. A distribuição territorial da população do Brasil em 1.º de julho de 1950 e em 1.º de janeiro de 1957	53
--	----

C — OS FATORES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

I. Estimativas da natalidade no Brasil, segundo as Unidades da Federação	59
II. A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o censo de 1950	66
III. A mortalidade da população natural do Brasil	80
IV. Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade no Brasil	91
V. Nota sobre a vida média nos diversos Estados do Brasil	97
VI. Sobre o cálculo de tábuas de mortalidade para os Estados do Brasil mediante comparação entre censos sucessivos	103
VII. Estimativa do número dos óbitos e da taxa de mortalidade geral para o Brasil (1950)	111
VIII. Ligeiras considerações sobre a mortalidade infantil no Brasil	113
IX. Cálculos complementares sobre a mortalidade infantil no Brasil	117
X. Ensaio de cálculo da taxa de reprodução para a população do Brasil	118
XI. As migrações internacionais	124
XII. A imigração internacional para o Brasil no pós-guerra 1945-1957	126

D — A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

I. A composição por sexo e grupos de idade da população do Brasil	139
II. Dados comparativos sobre a composição por sexo e idade da população dos Estados do Brasil	151
III. Retificação da distribuição por idade da população do Brasil em 1.º de julho de 1950	158
IV. Ensaio de previsão da composição por sexo e idade da população do Brasil em 1.º-VII-1955 e em 1.º-VII-1960	161
V. A composição da população segundo a cor no Brasil e nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação, em 1950	168
VI. O desenvolvimento da população preta e parda do Brasil	198
VII. A composição da população do Brasil segundo o estado conjugal em 1950	207
VIII. Distribuição territorial dos estrangeiros e brasileiros naturalizados presentes no Brasil em 1950	213
IX. Pessoas que falam no lar uma língua estrangeira, no Brasil	219
X. A população economicamente ativa, segundo o censo demográfico de 1950	226
XI. A distribuição da população do Brasil por grandes categorias de atividade, segundo o sexo e a idade	229
XII. A distribuição da população do Brasil segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade	238
XIII. A população do Brasil, segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade	268

E — A POPULAÇÃO URBANA E A POPULAÇÃO RURAL

I. As aglomerações urbanas no Brasil segundo o censo de 1950	272
II. O aumento da população das grandes cidades do Brasil entre 1940 e 1950	316
III. As variações de informação sobre as migrações interiores, deduzidos do censo demográfico	320
IV. Características demográficas das populações rurais do Brasil	325

F — AS MIGRAÇÕES INTERIORES

I. Nota sobre o cálculo das migrações interiores baseado nos censos	351
II. Migrações interiores entre as regiões fisiográficas	356
III. Elementos de informação sobre as migrações interiores, deduzidos do censo demográfico	370
IV. As migrações interiores no Brasil	376

G — A ALFABETIZAÇÃO

	<i>Pág.</i>
I. A alfabetização no Brasil, segundo o censo de 1950	387
II. A alfabetização da população do Brasil, segundo o sexo, a idade e a cor	392
III. A alfabetização nas diversas Unidades da Federação, em 1940 e em 1950	401
IV. A alfabetização das populações urbanas, suburbanas e rurais no Brasil	408
V. Estudo regional da alfabetização no Brasil baseado no censo de 1950	414
VI. A alfabetização das crianças no Brasil	423
VII. A alfabetização das crianças no Brasil, segundo o sexo	426
VIII. A alfabetização das crianças nos diversos Estados do Brasil	432
IX. Estimativa da população em idade escolar em 1955 e em 1956	438

H — CONCLUSÕES

I. Desenvolvimento, composição e distribuição da população do Brasil	439
II. Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil	449

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

<i>Fig.</i>	<i>Título</i>	<i>Pág.</i>
1.	Desenvolvimento da população do Brasil no curso do último século, segundo os recenseamentos gerais	22
2.	População presente estimada das diferentes Unidades da Federação, em 1.º-IX-1950	25
3.	Desenvolvimento da população do Brasil, observado no período de 1850 a 1950 e estimado para o de 1950 a 2000	47
4.	As Unidades Políticas do Brasil, segundo a ordem da importância das respectivas populações em 1.º de julho de 1959	52
5.	Densidade demográfica do Brasil (habitantes por km ²), segundo o Censo Demográfico de 1950	55
6.	O contraste entre o conjunto das regiões Norte e Centro-Oeste e o conjunto das regiões Nordeste, Leste e Sul quanto às respectivas áreas e populações	58
7.	Porcentagem das mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 a 1950)	69
8.	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres, segundo a idade (1940 e 1950)	70
9.	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres prolíficas, segundo a idade (1940 e 1950)	70
10.	Sobreviventes de 1000 filhos tidos, segundo a idade da mãe (1940 e 1950)	73
11.	Vida média, segundo a mortalidade no período 1940-1950, em alguns países	99
12.	Vida média, segundo a mortalidade do período 1940-1950, nos diversos Estados do Brasil	100
13.	Entrada de imigrantes no Brasil, de 1851 a 1950	124
14.	Composição por idade, retificada, da população do Brasil em 1940 e em 1950, segundo o sexo	160
15.	Composição estimada por sexo e idade da população do Brasil em 1.º de julho de 1955 e de 1960	162
16.	Composição, segundo a cor, da população das diversas regiões fisiográficas do Brasil	190
17.	Composição, segundo o estado conjugal, por sexo, da população do Brasil	212
18.	Distribuição territorial dos naturais do exterior presentes no Brasil em 1.º-VII-1950	218
19.	Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo grandes classes de atividade, por sexo	227
20.	Distribuição da população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade, por sexo	249
21.	Localização das maiores cidades do Brasil (cidade de mais de 50 000 habitantes em 1.º-VII-1950)	287
22.	Aumento das aglomerações urbanas entre 1940 e 1950	305
23.	Naturais da região fisiográfica indicada, presentes em outras regiões, em 1950	358
24.	Naturais de outras regiões fisiográficas, presentes na região indicada, em 1950	358
25.	Distribuição dos naturais da região Leste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950	359
26.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Leste, segundo a região de nascimento, em 1950	360
27.	Distribuição dos naturais da região Sul, presentes em outras regiões, segundo a região de presença em 1950	361
28.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Sul, segundo a região de nascimento, em 1950	362
29.	Distribuição dos naturais da região Nordeste, presentes em outras regiões, segundo a região de presença, em 1950	363
30.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Norte, segundo a região de nascimento, em 1950	364
31.	Discriminação dos naturais de outras regiões, presentes na região Centro-Oeste, segundo a região de nascimento, em 1950	365
32.	Naturais da Unidade da Federação indicada, presentes em outras Unidades, em 1950	379
33.	Naturais de outras Unidades da Federação, presentes na Unidade indicada, em 1950	380
34.	A alfabetização na população de 10 anos e mais dos diversos Estados, em 1940 e em 1950	405
35.	A alfabetização segundo a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950	411
36.	A alfabetização segundo o sexo e a idade, nos quadros administrativos urbanos, suburbanos e rurais, em 1950	412

VI

O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO PRETA E PARDA DO BRASIL¹

SUMÁRIO: 1. *Dificuldades gerais para a discriminação dos diversos grupos de cor nas estatísticas demográficas.* — 2. *Aplicações dessa discriminação no Brasil, no período pré-censitário.* — 3. *Aplicações nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940. Considerações acerca de algumas condições do meio social nas épocas da organização desses levantamentos.* — 4. *Resultados comparativos desses três recenseamentos; análise crítica e interpretação.* — 5. *Ensaio de retificação dos dados censitários.* — 6. *Fatores da diferente velocidade de incremento dos diversos grupos de cor: a imigração.* — 7. *A natalidade.* — 8. *A mortalidade.* — 9. *Visão de conjunto da influência desses fatores.* — 10. *Resultados do recenseamento de 1950. Variações entre 1940 e 1950.*

1. O estudo das características demográficas dos diversos grupos étnicos que integram uma população apresenta sempre dificuldades nos países em que não é mantida entre eles uma rígida separação.

A razão é óbvia: os cruzamentos entre os diversos grupos dão origem a tipos intermédios, cuja variedade aumenta cada vez mais e cuja representação se torna cada vez mais numerosa, através do tempo.

Os caracteres desses tipos intermédios, às vezes, ficam tão próximos daqueles de um dos grupos dos quais eles descendem, que em geral eles ficam incluídos neste grupo na classificação empírica e se torna árdua a sua discriminação mesmo na classificação científica.

Outras vezes esses caracteres afastam-se daqueles dos grupos de origem de maneira suficiente para justificar ou até impor uma discriminação, que todavia se torna necessariamente arbitrária, não somente se forem aplicados simples critérios empíricos, baseados apenas na aparência exterior, mas também se forem aplicados critérios científicos (sobre os quais, aliás, os etnólogos e antropólogos estão bem longe de concordar, continuando, antes, aceras disputas sobre este assunto).

Mesmo se fôr adotado um critério científico, julgado satisfatório, para a classificação dos indivíduos em grupos étnicos originais e derivados, torna-se bem difícil a sua aplicação fora das pesquisas de laboratório ou de inquéritos efetuados em condições equivalentes (como os do exame médico para o serviço militar, para seguros, para assistência sanitária, etc., e também, em alguns casos, os inquéritos representativos), e em particular nos levantamentos demográficos. Com efeito, a especificação do tipo étnico nas informações censitárias e nas declarações de nascimento e de óbito deve ser deixada, na maioria dos casos, à mercê dos familiares dos recenseados ou registrados, ou destes próprios. A intervenção dos agentes recenseadores ou dos funcionários registradores pode evitar as alterações mais evidentes da verdade; mas pode também contribuir para a aplicação de qualificações tendenciosas, sugeridas pelos usos locais ou inspiradas pelos preconceitos dessas pessoas ou das de quem elas dependem. E, quanto às declarações livremente prestadas pelos informantes,

¹ Excertos de um estudo redigido pelo Prof. GIORGIO MORTARA.

é supérfluo lembrar a profunda influência sôbre elas exercida pelas opiniões da superioridade ou da inferioridade de determinados grupos étnicos, opiniões bem variáveis segundo os lugares e as épocas.

Essas dificuldades gerais para o estudo demográfico dos diversos grupos em populações étnicamente mistas apresentam-se em alto grau no caso do Brasil, em virtude da grande extensão, duração e variedade da miscigenação aqui ocorrida.

Mas outra dificuldade — e mais lastimável, porque decorrente da inércia dos homens e não da própria natureza das coisas — é causada pelas falhas do nosso registro de nascimento e de óbitos, que não encontram paralelo em nenhum outro grande país de civilização ocidental. É tal a gravidade dessas falhas, que a estatística do registro civil não permite conhecer, nem com larga aproximação, os números totais dos nascimentos e dos óbitos, os quais podem apenas ser estimados por conjeturas, com ampla margem de erro. Nessa situação, seria pretensão absurda a de obter taxas de natalidade e de mortalidade para os diferentes grupos étnicos.

* * *

2. No que diz respeito à discriminação da população segundo a côr, a estatística demográfica brasileira fornece elementos aproveitáveis de descrição estática, para o conjunto do país e para as diversas unidades políticas e administrativas, enquanto escasseiam e são limitados a poucas partes do país os elementos de descrição cinemática.

A descrição estática é dada pelos recenseamentos. O quesito da côr foi incluído nos recenseamentos de 1872 e 1890, excluído dos de 1900 e 1920 e novamente incluído nos de 1940 e 1950.

Para as épocas anteriores ao primeiro recenseamento, dispõe-se de estimativas da população total, algumas das quais com discriminação da côr. Os próprios números totais de habitantes, que constam dessas estimativas, merecem escassa confiança, apresentando fortes discordâncias, mesmo quando referentes a datas pouco distantes entre si; por exemplo, Rugendas estimava em 3 758 000 a população do Brasil em 1827, enquanto Malte-Brun a fazia ascender a 5 340 000 em 1830. Divergências ainda maiores aparecem nas estimativas dos números de componentes dos diversos grupos de côr; retomando o exemplo acima, verifica-se que o número dos brancos era avaliado em apenas 845 000 por Rugendas e em 1 347 000 por Malte-Brun, e o dos mestiços, respectivamente, em 628 000 e 1 748 000; apenas quanto aos pretos as estimativas dêsses dois autores quase concordavam, contando, respectivamente, 1 987 000 e 2 017 000 deles. Mesmo os dados sôbre o número dos escravos, que poderiam ser de alguma utilidade para o estudo do assunto em exame, apresentam grandes divergências: em 1819, o Conselheiro Velloso de Oliveira o estimava em 1 107 000; em 1850, o Senador Cândido Baptista de Oliveira o fazia ascender a 2 500 000; em 1869, o Senador Thomaz Pompeu de Souza Brazil o reduzia a 1 690 000.

Parecem, portanto, estar desprovidas de sério fundamento as conclusões sôbre o desenvolvimento comparativo dos diversos grupos de côr que se basearam nessas estimativas pré-censitárias, escolhendo-se em geral os dados mais apropriados para confirmar preconceitos dos autores.

* * *

3. Antes de passar em resenha os resultados dos recenseamentos, torna-se conveniente lembrar as condições bem diversas em que foram realizados os primeiros três dêsses levantamentos os quais forneceram dados sôbre a côr dos habitantes.

Em 1872 mais de um milhão e meio de não-brancos eram escravos; para estes, a declaração da cor era feita pelos respectivos proprietários, que em geral não tinham razão para se afastarem das qualificações correspondentes ao uso local. Mas havia um número quase três vezes maior de não-brancos livres, e sendo estes em grande maioria analfabetos, a cor que lhe era atribuída dependia, em geral, do critério dos agentes e funcionários incumbidos do levantamento do censo, os quais, presumivelmente, em geral, também seguiam o uso corrente. Na apuração desse recenseamento foram distintos quatro grupos de cor — o dos “brancos”, o dos “pretos”, o dos “pardos” e o dos “caboclos” —, visando-se a discriminar, ao lado dos dois grupos originais, o grupo derivado principalmente de cruzamentos entre brancos e pretos e o derivado principalmente de cruzamentos entre brancos e aborígenes. É claro que já naquela época se tornava difícil uma precisa delimitação dos grupos de cor, seja em consequência da multiplicidade dos cruzamentos, seja em virtude da “capilaridade social”, que fizera penetrar inúmeros indivíduos de ascendência mista na esfera dos considerados brancos, apesar dos marcos visíveis da sua origem.

Em 1890, o recenseamento, efetuado pouco depois da emancipação dos escravos e da passagem para o regime republicano, desenvolveu-se numa atmosfera de exaltação por essas recentes conquistas, que repercutiu nas declarações dos informantes. Assim como se declararam brasileiros muitos que de fato eram estrangeiros, é provável que muitos não-brancos se tenham idealmente aproximado do grupo dominante, pelas suas declarações de cor, prevalecendo essa tendência também nas qualificações atribuídas pelos agentes recenseadores. Na apuração do recenseamento de 1890 foram discriminados, como em 1872, quatro grupos, substituindo-se, porém a qualificação de “pardos” pela de “mestiços”.

No recenseamento de 1900, que aliás ficou incompleto, não foi feita a apuração da cor. E no de 1920 foi de propósito excluído o respectivo quesito, que talvez parecesse incompatível com a proclamada inexistência de uma “linha de cor” na democracia brasileira.

Foi proposto de novo esse quesito no recenseamento de 1940, em condições bem mudadas. Muitos brasileiros cultos, alguns deles idealmente adversários declarados, mas praticamente escravos, dos preconceitos racistas, estavam ansiosos de ver consagrada em precisa percentagem aquela progressiva predominância do grupo branco na população nacional, que, com triplíce impropriedade, se costumava designar como “arianização”², e que de acordo com idéias então largamente difusas, parecia supremamente desejável. Nos responsáveis pela preparação do recenseamento, preocupados em evitar qualquer concessão ao furor racial, essa aspiração conciliou-se com sentimentos de alta humanidade, que inspiraram a adoção de critérios delicados, apesar de tecnicamente desaconselháveis, no inquérito sobre a cor. Basta dizer que, para poupar aos recenseados a mortificação de declarar ou receber qualificações às vezes usadas com significação depreciativa, mandou-se responder por um simples traço aos que não estivessem habilitados a se declararem brancos, pretos ou amarelos. De fato, em muitos casos essa instrução não foi observada; houve grande número de declarações de pardos, mulatos, mestiços, morenos, caboclos, etc. Na tabulação, porém, todos esses subgrupos foram fundidos no grupo dos pardos, junto com o dos que obedeceram à prescrição do traço. Desapareceu, assim, nos dados do recenseamento de 1940, a discriminação entre os “caboclos” e os “pardos” de 1872 ou os “mestiços” de 1890. Apareceu, nitidamente separado, o novo grupo dos amarelos, constituído quase exclusivamente pelos imigrados japoneses e pelos seus descendentes. Nas declarações da cor verificaram-se decerto afastamentos das qualificações que teriam prevalecido numa classifi-

² Triplíce impropriedade, porque os produtos de cruzamento entre diferentes raças — no sentido biológico da palavra — não entram a fazer parte de nenhuma delas, porque não existe uma raça “ariana”, e porque a maioria preponderante dos brancos imigrados para o Brasil desde o descobrimento até hoje não pertencia aos grupos étnicos que são qualificados (impropriamente) arianos.

cação feita conforme critérios objetivos. O grupo dos brancos foi engrossado pela afluência de numerosos aspirantes a essa qualificação, que nem todos êles mereciam; quanto aos pretos e aos pardos, houve muita confusão: em alguns casos os agentes recenseadores preferiram uma qualificação e em outros a outra, de modo que houve pretos declarados pardos e pardos declarados pretos; e quando foram os próprios interessados os que responderam ao quesito, não foi rara a tendência a declararem matizes claros. Foi relativamente bem sucedida a discriminação dos amarelos, tendo sido declarados tais, por via de regra, os japoneses e descendentes; apenas algumas centenas de brancos ou pardos, amarelados em consequência de doenças, foram, também, por engano, qualificados amarelos.

No recenseamento de 1950 foi mantido o quesito da côr, advertindo-se aos informantes evitar a declaração da côr "morena", que se torna equívoca, porque se pode referir tanto a pardos como a brancos bronzeados pelo sol, e limitar aos oriundos do Extremo Oriente e seus descendentes a qualificação de "amarelos". Os resultados dêste último censo deixam presumir que em alguns lugares os critérios de delimitação entre os diversos grupos de côr se tenham notavelmente afastado dos adotados em 1940.

* * *

4. Vejamos, agora, os resultados dos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940, em que foi proposto o quesito da côr³. Para torná-los comparáveis, reuniremos sob a qualificação de "pardos" os "pardos" e os "caboclos" de 1872 e os "mestiços" e os "caboclos" de 1890; e, para simplificar a comparação, arredondaremos todos os dados em milhares. Cumpre advertir que nos censos de 1872 e de 1890 não foram discriminados os amarelos, cujo número naquelas épocas era exíguo; provávelmente êles foram incluídos no grupo dos pardos.

Tabela I

BRASIL

Discriminação da população segundo a côr nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1940

ANO	POPULAÇÃO PRESENTE				
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos	Total
1872.....	3 854 000	4 262 000	1 996 000	—	10 112 000
1890.....	6 302 000	5 934 000	2 098 000	—	14 334 000
1940.....	26 206 000	8 760 000	6 044 000	243 000	41 253 000

Os pardos e pretos reunidos contribuiriam para a população do Brasil com a proporção de 61,9% em 1872, de 56,0% em 1890 e de 35,9% em 1940.

No prazo de 68 anos decorrido entre os censos de 1872 e de 1940, a população branca do Brasil teria aumentado quase sete vêzes e a população parda e preta menos de duas vêzes e meia. É verdade que nos "brancos" de 1940 estão incluídos inúmeros indivíduos de alvura duvidosa, mas cumpre reconhecer que também em 1872, embora provávelmente em menor proporção, se encontravam entre os "brancos" elementos espúrios. Fica, portanto, fora de dúvida o fato de que, no período considerado, o grupo dos brancos teve um incremento relativo muito maior do que os grupos dos pardos e dos pretos.

A população preta teria aumentado três vêzes, de 1872 para 1940. Embora muito inferior ao dos brancos, êsse incremento revelaria uma intensa

³ Veja-se o volume N.º 11, desta série, *Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a côr* (Rio, I.B.G.E., 1950), especialmente as seções I e II.

vitalidade (a população dos Estados Unidos, alimentada por largas correntes imigratórias, aumentou pouco mais de três vezes no mesmo prazo). É possível que no censo de 1940 figurem como pretos indivíduos os quais em 1872 seriam qualificados pardos, mas parece provável que se verifique com maior frequência o contrário, isto é, que figurem como pardos em 1940 indivíduos os quais em 1872 seriam declarados pretos. É interessante notar que o alvoroço de 1890 se revela pela relativa escassez dos declarados pretos; o número dos componentes deste grupo de cor teria aumentado apenas de 102 000, em comparação com 1872, enquanto o dos pardos teria aumentado de 1 672 000 e o dos brancos de 2 448 000. Para determinar essas divergências concorreu decerto a tendência, largamente verificada em 1890, a declarar matizes mais claros de que os que registraria um observador competente e imparcial.

O número dos pardos teria pouco mais que duplicado de 1872 a 1940. Este, também, é um crescimento notável (nem a Alemanha nem a Inglaterra, países de rápido incremento demográfico, chegaram a duplicar suas populações no mesmo prazo). E cumpre observar que, se a discriminação dos grupos de cor em 1940 pudesse ser refeita com critérios objetivos, os ganhos que obteria o grupo pardo por esta operação excederiam fortemente as perdas. Deve-se ainda advertir, com referência aos resultados do censo de 1890, que nessa ocasião o grupo dos pardos foi reforçado pela inclusão de numerosos pretos, de modo que seu incremento aparente, em comparação com 1872, ficou maior do que o incremento real, enquanto se verificou, depois, o contrário no que diz respeito ao incremento entre 1890 e 1940.

* * *

5. Para obtermos uma idéia das conseqüências de uma retificação dos dados censitários, sobre a determinação dos incrementos comparativos dos diversos grupos de cor, podemos supor que a proporção dos não-brancos indêbitamente incluídos entre os brancos fôsse apenas de 5% em 1872 e tenha subido para 20% em 1940. Nessas hipóteses, o aumento efetivo dos brancos ficaria reduzido a 5,7 vezes e o dos pardos e pretos reunidos ficaria aumentado para 3,1 vezes. Talvez essa retificação, puramente conjetural, seja exagerada; para fixar a ordem comparativa de grandeza das variações, podemos estimar que o número dos brancos aumentou seis vezes, enquanto o número dos pardos e pretos reunidos aumentou apenas três vezes de 1872 para 1940.

Fica, portanto, estabelecido com certeza que o processo de progressiva predominância numérica do grupo branco na população do Brasil se desenvolveu com notável intensidade entre 1872 e 1940. Mas, não em conseqüência de uma diminuição dos grupos não-brancos, e sim em virtude da menor rapidez do seu crescimento em comparação com o do grupo branco.

* * *

6. Esses são os fatos. Vejamos, agora, os fatores que contribuíram para determiná-los ⁴.

A influência dos movimentos migratórios pode ser facilmente discriminada e medida. Entre 1872 e 1940, o número dos imigrados brancos excedeu em cerca de 3 100 000 o dos emigrados da mesma cor; as imigrações e emigrações de pardos e pretos foram desprezíveis; quanto aos amarelos, o número dos imigrados excedeu em cerca de 170 000 o dos emigrados.

A afluência de imigrantes repercute no crescimento vegetativo da população. Pode-se estimar em cerca de 2 250 000 a contribuição assim trazida pela imigração branca do período considerado para o excedente dos nascimentos sobre os óbitos no mesmo período. O crescimento dos pretos não recebeu

⁴ Vejam-se as seções A. I e A. II deste volume.

nenhum auxílio indireto dêsse gênero, e o dos pardos o recebeu em medida desprezível, sendo extremamente raras as uniões entre brancos imigrados e pretos ou pardos brasileiros. Para o grupo amarelo, a contribuição trazida pela imigração para o excedente dos nascimentos sobre os óbitos foi estimada em cerca de 70 000.

Faltou, portanto, aos grupos pardo e preto, qualquer contribuição, direta ou indireta, da imigração para seu crescimento, enquanto o grupo branco foi avantajado por largas contribuições.

Todavia, essa circunstância é apenas um fator secundário da diferente velocidade de incremento do grupo branco, de um lado, e dos pardos e preto, do outro.

Com efeito, o número dos brancos aumentou de 3 854 000 em 1872 para 26 206 000 em 1940, isto é, de 22 352 000, e, mesmo subtraindo-se as contribuições direta e indireta da imigração, avaliadas acima em 5 350 000, fica um incremento vegetativo independente da imigração de 17 002 000; enquanto o número dos pardos e pretos reunidos aumentou de 6 258 000 para 14 804 000, isto é, de 8 546 000, sem ter recebido contribuições pela imigração. Estes não-brancos, embora inicialmente muito mais numerosos do que os brancos, tiveram um incremento vegetativo independente da imigração inferior da metade ao dos brancos.

Parecem ser, portanto, inerentes ao movimento vegetativo da população, e não ao movimento migratório, os principais fatores das diferenças observadas no incremento dos diversos grupos de cor.

* * *

7. Sobre a influência do movimento vegetativo da população não se possuem dados de conjunto, em consequência das falhas da estatística do registro civil. Inúmeros nascimentos e muitos óbitos não são registrados; outros, apesar de registrados, não chegam a figurar na estatística, pela displicência dos cartórios.

Todavia não podem ser desprezadas as informações disponíveis, que foram em boa parte obtidas pela apuração do recenseamento de 1940 e pela elaboração dos seus resultados.

Ficou claramente documentado, pelas declarações censitárias sobre o número dos filhos tidos pelos recenseados, que a fecundidade feminina é muito elevada em todos os grupos de cor da população do Brasil, como atestam os seguintes dados comparativos⁵.

Tabela II

BRASIL

Fecundidade feminina nos diversos grupos de cor

IDADE DA MULHER Anos completos	NÚMERO MÉDIO DOS FILHOS NASCIDOS VIVOS TIDOS POR 100 MULHERES DA IDADE ESPECIFICADA			
	Branças	Pardas	Pretas	Amarelas
15 a 19.....	12	13	11	6
20 a 29.....	168	178	161	161
30 a 39.....	442	464	423	433
40 a 49.....	616	624	567	568
50 a 59.....	652	644	589	519
60 e mais.....	661	644	581	456
15 e mais.....	333	334	316	298

⁵ Veja-se o volume N.º 5, desta série, *Estudos sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor* (Rio, I.B.G.E., 1949), seção III.

Cumprе salientar que no cálculo dêsses números médios de filhos tidos se tomou como numerador o total dos filhos tidos declarados pelas mulheres de cada grupo considerado, e como denominador o número destas mulheres, *inclusive as que não tiveram filhos*. Portanto, o resultado obtido depende seja da proporção em que se acham em cada grupo mulheres que tiveram filhos, seja da prolificidade dessas mulheres.

É óbvia a advertência de que as declarações só incluem os filhos tidos pelas mulheres até a data do censo, de modo que representam a fecundidade completa somente para as mulheres em idade de 50 anos e mais, cuja capacidade reprodutora já estava esgotada naquela data.

Os dados da tabela acima que medem a fecundidade das mulheres brancas diferem bem pouco, para mais ou para menos, dos referentes às pardas, no mesmo grupo de idade. Os dados referentes às mulheres pretas são um pouco inferiores aos dos dois outros grupos principais, especialmente em consequência das maiores proporções, entre as pretas, de mulheres que não tiveram filhos. A fecundidade das mulheres amarelas está próxima daquela das pretas, só ficando fortemente menor nos grupos de idade senis, cujas componentes em parte iniciaram e exerceram sua atividade reprodutora antes da imigração para o Brasil.

No quadro internacional, entretanto, tôdas essas medidas da fecundidade devem ser consideradas, como já foi dito, muito elevadas.

A maior fecundidade corresponde ao grupo pardo, ou seja, ao que aparentemente teve o menor aumento relativo de 1872 a 1940. O grupo prêto, que aparentemente teve aumento relativo maior do que o do grupo pardo, apresenta uma fecundidade sensivelmente menor.

Em todo caso, as diferenças verificadas na frequência dos nascimentos justificariam apenas diferenças moderadas no incremento dos diversos grupos.

* * *

8. Conclui-se, portanto, que o fator de maior relêvo na determinação das diferenças de incremento é a diferente mortalidade dos diversos grupos de côr.

Infelizmente, a falta de uma estatística fidedigna dos óbitos torna impossível qualquer pesquisa completa sobre o assunto. Um estudo realizado para 60 Municípios do interior de São Paulo⁶ mostrou que, conforme os dados da estatística do registro civil, a taxa de mortalidade média anual do período 1939-42 ascenderia a 15,9 por 1 000 habitantes para os brancos e a 25,5 por 1 000 para os pardos e pretos reunidos. Levando-se em conta as presumíveis lacunas da referida estatística, pode-se afirmar que ambas essas taxas aparentes ficam abaixo das reais; a segunda, talvez em maior proporção do que a primeira.

Sobre a mortalidade infantil, foram feitos estudos referentes às duas maiores aglomerações urbanas do Brasil (Distrito Federal, no período 1939-41, e Município de São Paulo, no período 1937-42)⁷. Através de pacientes análises, destinadas a eliminar erros e falhas das estatísticas, chegou-se a determinar a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade em 123 sobre 1 000 nascidos vivos, para os brancos, e em 228 para os pardos e pretos reunidos, no Distrito Federal; em 118, para os primeiros, e em 257, para os segundos, no Município de São Paulo. Nessas cidades, a mortalidade infantil é cerca de duas vezes maior entre os pardos e pretos do que entre os brancos.

No interior de São Paulo, a diferença seria menor, embora ainda notável; a citada pesquisa para 60 Municípios calcula em 139 para os brancos e 194 para os pardos e pretos reunidos a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade sobre 1 000 nascidos vivos.

⁶ Veja-se a seção VI do volume N.º 14, desta série, *Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil* (Rio, I.B.G.E., 1952).

⁷ Veja-se o volume N.º 4, desta série, *Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais* (Rio, I.B.G.E., 1948), seções III e IV.

Não se deve, todavia, concluir que, em tôdas as idades e em todo o Brasil, se encontram tamanhas diferenças de mortalidade entre os brancos e os não-brancos. Se a mortalidade dêstes fôsse muito maior do que a daqueles, sua representação proporcional na população deveria diminuir fortemente na passagem gradual das idades infantis para as senis. Pelo contrário, verificam-se moderadas variações, sendo a proporção dos pardos e pretos no conjunto da população, segundo o censo de 1940⁸, de:

36,1% nas idades de 0 a 19 anos,
35,6% nas idades de 20 a 39 anos,
35,3% nas idades de 40 a 59 anos,
35,5% nas idades de 60 anos e mais.

Chega-se a um resultado mais surpreendente calculando-se — como parece ser preferível para o nosso objetivo — a proporção dos pardos e pretos, por grupos de idade, não na população total, como acima, e sim na população natural do Brasil. Com efeito, obtém-se a proporção de:

36,4% nas idades de 0 a 19 anos,
37,0% nas idades de 20 a 39 anos,
39,4% nas idades de 40 a 59 anos,
42,4% nas idades de 60 anos e mais.

Longe de diminuir, a proporção dos pardos e pretos na população natural do Brasil aumenta na passagem das idades infantis para as senis. É verdade que nas idades mais moças o grupo branco fica avantajado pela contribuição indireta da imigração, incluindo os descendentes dos imigrados nas épocas de maior afluência de contingentes europeus. É verdade, também, que nas idades senis a proporção aparente dos pardos e pretos é maior do que a real, em consequência dos mais freqüentes exageros nas declarações de idade (“erros de envelhecimento”). Mas não deixa de ser singular o contraste entre a marcha observada das proporções dos pardos e pretos nos diferentes grupos de idade e a que se podia prever levando-se em conta as características da natalidade e da mortalidade dessa parte da população.

Esse contraste acha uma explicação, pelo menos parcial, na circunstância de que a tendência a declarar matizes de côr mais claros do que os efetivos parece diminuir com o crescer da idade. Se aos declarados pardos e pretos fôssem acrescentados os que no recenseamento foram declarados brancos, mas que num levantamento efetuado com critérios objetivos seriam qualificados pardos, provávelmente os grupos de idade juvenis ficariam aumentados em proporção maior do que os senis.

* * *

9. Uma visão de conjunto dos fatores das variações ocorridas na representação dos diversos grupos de côr, de 1872 a 1940, foi apresentada num estudo redigido e divulgado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940⁹. A análise conjetural desenvolvida nessa pesquisa levou a estimar em 45 por 1 000 habitantes a taxa média anual de natalidade, tanto dos brancos como dos pardos e pretos, no período de 1872 a 1940, e em 23 a 24 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade dos brancos, em 28 a 29 por 1 000 a dos pardos e pretos reunidos, no mesmo período.

Conforme essas taxas de natalidade e de mortalidade, a taxa média anual de incremento vegetativo da população parda e preta no referido período seria

⁸ Veja-se a seção II do volume citado na nota 3.

⁹ Veja-se a seção I do volume citado na nota 3.

de 16 a 17 por 1 000, e o número dos componentes dessa população deveria ter aumentado de cerca de 12,5 milhões entre 1872 a 1940, em vez de apenas 8,5 milhões, como aparentemente aumentou.

A diferença de cerca de 4 milhões, entre o aumento calculado e o aumento aparente da população parda e preta, indicaria que as transferências de pardos e seus descendentes para o grupo branco contribuíram com cerca de 4 milhões para o aumento aparente deste grupo. Uma quota considerável do incremento vegetativo dos não-brancos acaba por ser absorvida pelos brancos, em virtude da inexistência da "linha de côr" e do progressivo embranquecimento dos produtos da miscigenação. Os nascidos de uniões entre pardos e pretos na maior parte dos casos são considerados pardos, e os nascidos de uniões entre brancos e pardos na maior parte dos casos são considerados brancos; através dessas reclassificações o grupo preto perde muito e ganha pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e perde pouco.

* * *

10. O recenseamento de 1950 confirmou plenamente as conjeturas relativas ao rápido incremento vegetativo de todos os grupos de côr.

O aumento de 11 milhões de habitantes em apenas 10 anos, devido quase exclusivamente ao excedente dos nascimentos sobre os óbitos (pois que o excedente das imigrações sobre as emigrações foi relativamente desprezível), indica uma taxa anual de incremento vegetativo de 24 por 1 000 habitantes, taxa tão elevada que não poderia ter sido atingida sem uma substancial contribuição dos grupos não-brancos.

Conforme o censo de 1950¹⁰, os declarados brancos, em número de 32 094 000, representam 61,8% da população do Brasil; os declarados pretos e os declarados ou classificados como pardos, 19 520 000, representam 37,6%; os declarados amarelos, 330 000, representam 0,6%.

Como já foi dito anteriormente, a quota dos brancos provavelmente excede a que seria obtida por um levantamento da côr feito com critérios objetivos; a dos pretos e dos pardos em conjunto provavelmente fica inferior. Cumpre, todavia, salientar que, segundo os resultados censitários de 1940 e de 1950, diminuiu a quota dos pretos e aumentou a dos pardos. O sentido desta variação aparente deve corresponder ao da variação real, embora a medida desta não coincida com a daquela. A quota dos amarelos parece corresponder com boa aproximação à realidade.

Apesar da taxa de crescimento natural dos brancos ser maior do que a dos dois outros principais grupos de côr, a proporção dos brancos no censo de 1950 é um pouco menor do que a do censo de 1940, provavelmente em virtude da maior precisão das declarações.

¹⁰ Dados arredondados em milhares, conforme os parágrafos anteriores. A cada grupo de côr acrescentou-se uma quota proporcional dos habitantes dos quais não fôra declarada a côr.